



ANTIFASCISMO EM TEMPO DE PANDEMIA

Portugal, tal como o resto do mundo, tem vivido tempos muito duros, com o aparecimento de um novo coronavírus, altamente contagioso e ainda desconhecido da comunidade médica e científica. Neste período difícil, saudamos fraternalmente todos aqueles que foram obrigados a estar isolados.

Saudamos todos os profissionais de saúde, trabalhadores da linha da frente neste combate, e todos os que, por vezes, sem condições adequadas, nunca pararam para que a vida pudesse continuar.

Saudamos os que, no 25 de Abril, cantaram a *Grândola, Vila Morena* às janelas para que esta data, e tudo o que ela representa, não fosse esquecida. A URAP respondeu ao apelo da Comissão Promotora das Comemorações Populares e abriu as suas sedes, cantando *Grândola, Vila Morena* e distribuindo cravos vermelhos a quem passava.

Saudamos a CGTP-IN pela organização do 1.º de Maio, e pela demonstração que, mesmo nos momentos mais difíceis, será sempre possível comemorar o Dia Internacional dos Trabalhadores, apresentar as reivindicações e defender direitos.

À semelhança de outras organizações, a URAP teve de adiar várias iniciativas agendadas, como a visita guiada à Andaluzia, o almoço de aniversário, a Assembleia-geral e as muitas sessões em escolas por ocasião

do 25 de Abril. Porém, manteve o contacto com muitos sócios e outros democratas através das redes sociais, não deixando de assinalar o 1.º de Maio e o 75.º aniversário da derrota do nazi-fascismo.

Esta pandemia, com repercussões gravíssimas na vida das populações e na economia dos países, trouxe ao de cima alguns aspectos relevantes.

Que o Serviço Nacional de Saúde (SNS) - grande conquista consagrada na Constituição de Abril -, apesar de ao longo dos anos ter sido despojado de muitos meios necessários para uma cada vez melhor prestação de cuidados de saúde, conseguiu resistir e tem demonstrado enorme capacidade, sobretudo graças aos seus profissionais.

Que a exigência do reforço do SNS é um imperativo nacional, por forma a garantir, em pleno, o direito à saúde.

Que o facto de termos sido obrigados a deixar de produzir nos colocou numa situação de dependência, tendo de ir comprar no estrangeiro grande parte do material clínico e hospitalar, bem como de medicamentos que poderiam ter a nossa patente.

Que, servindo-se da dramática situação de pandemia, o grande capital tem aproveitado para prosseguir uma vasta ofensiva contra os trabalhadores, despedindo, recorrendo ao lay-off (em empresas com enormes lucros acumulados),

exercendo uma violenta exploração e ataque aos seus direitos.

Que, estranhamente ou talvez não, aqueles que defendem a necessidade de enfraquecer os serviços públicos e as estruturas do Estado venham agora exigir meios ilimitados desse mesmo Estado.

Que o medo é natural, é humano, mas pode ser também uma arma perigosa nas mãos dos que tentam convencer de que a segurança é moeda de troca dos direitos e das liberdades.

À crise sanitária junta-se a crise económica e uma enorme incerteza para sobre os portugueses. Devemos prepararmos para mais desemprego? Para a diminuição dos já baixos salários e talvez das pensões? Até agora, o Governo tem injectado magros subsídios nas pequenas e médias empresas e dado timidamente alguns benefícios fiscais, enquanto coloca milhões na banca, como foi o caso recente dos 850 milhões no Novo Banco.

Neste quadro, a URAP, pelo seu passado e pelo seu presente de organização que visa a solidariedade e a democracia, continuará ao lado de todos os que lutam pela vida, aconselhando a que se continue a seguir as instruções da Direcção Geral da Saúde. E também está ao lado daqueles cuja vida está a ser destruída, porque perderam o trabalho, o salário e os direitos.

À frase muito badalada, estamos todos no mesmo barco, a URAP responde com uma outra que alguém escreveu algures: *Não, não estamos todos no mesmo barco. Quanto muito, estamos no mesmo mar; mas uns vão de iate e outros agarrados a um tronco para não se afogarem.* A URAP está com estes!

Marília Villaverde Cabral

ABRIL VIVO - pág. 3

Apesar da pandemia, Abril e os seus valores foram celebrados por todo o País. A URAP não faltou à chamada.

MESA REDONDA: PANDEMIA E DIREITOS DEMOCRÁTICOS - págs. 4 e 6

CONTRA O RACISMO, A GUERRA E O FASCISMO - pág. 8

RESISTÊNCIA E REVOLUÇÃO CINEMA NO HEROÍSMO PROSSEGUE NO PORTO

O núcleo da URAP do Porto continuou a exibir, agora por videoconferência, um ciclo de cinema de autor, integrado no projecto *Do Heroísmo à Firmeza*, que prossegue.

A 11 de Abril foi exibido *As Ondas de Abril*, um filme de Lionel Baier, de 2013, que relata a viagem de dois jornalistas da Rádio Suíça enviados a Portugal, no início de Abril de 1974, sendo apanhados pela Revolução dos Cravos.

A 18 de Abril foi a vez de *Poeticamente Exausto*, Verticalmente Só, de Luísa Marinho, um documentário português de 56 minutos, de 2007, que conta a vida e obra de José Bação Leal, morto em Moçambique durante a Guerra Colonial.

A 1 de Maio a obra escolhida foi *O Silêncio dos Outros*, de Almudena Carracedo e Robert Bahar, produzido por Pedro Almodóvar em 2018. Mostra

a luta épica das vítimas da ditadura de Franco, em Espanha, que continuam hoje a procurar justiça.

No dia 8 de maio passou *Um Dia Inesquecível*, de Ettore Scola, passado num edifício de Roma no dia em que Hitler visita a cidade. Numa pequena casa, Antonietta (Sophia Loren) aguarda o regresso do marido, um fascista fanático. O destino de Antonietta irá cruzar-se com o do seu vizinho, Gabrielle (Marcello Mastroianni), antifascista e homossexual.

No dia 23 foi exibido *Adeus, Europa*, de Stefan Zweig, que descreve episódios da vida do autor, escritor e pacifista de origem judaica, na América do Norte e do Sul após ter deixado a sua Áustria natal em 1934.

Outras Cartas ou o Amor Inventado foi a escolha para o dia 30 de Maio. O filme é baseado nas *Novas Cartas Portuguesas*, da autoria das Três Marias.



No dia 6 de Junho, passou *O Homem Decente*, de Vanessa Lapa, que traça um retrato único de uma das figuras mais proeminentes do Terceiro Reich: o Reichsführer SS Heinrich Himmler.

As operações Saal, de João Dias, foi exibido no dia 13. Realça o programa de assistência à construção de habitação promovida por Associações de Moradores, movimento ímpar na história do pensamento da arquitectura.

JORNAL DE RESISTENTES FRANCESES PUBLICA TEXTO DA COORDENADORA DA URAP

A convite da Federação Nacional dos Deportados e Internados, Resistentes e Patriotas de França, Marília Villaverde Cabral escreveu no último número de *O Patriota Resistente* (n.º 952, de Maio 2020) um artigo intitulado *Resistência Antifascista em Portugal*.

O texto descreve os 48 anos da ditadura portuguesa e as suas principais características, nomeadamente a miséria, a repressão, o colonialismo e a guerra, e conta a forma como os portugueses lutaram contra ela, o que desencadeou uma violenta repressão, com elevadas penas de prisão

nas cadeias de Peniche, Caxias, Porto e no campo de concentração do Tarrafal.

Sublinha o trabalho da URAP contra o «branqueamento» do fascismo nas suas diversas vertentes, quer erguendo um mausoléu em memória dos mortos do Tarrafal, quer lutando pela construção do Museu da Resistência e Liberdade no Forte de Peniche ou, ainda, colocando uma placa evocativa nos Fortes de São João Baptista e S. Sebastião, em Angra do Heroísmo, nos Açores.

Falando no perigo do regresso ao fascismo, o artigo refere, com inquietude,

a subida das forças de direita em várias regiões do mundo. Conta a luta contra a criação de um museu dedicado ao ditador Salazar na sua terra natal, Santa Comba Dão, que incluiu grande mobilização popular e a sua discussão na Assembleia da República.

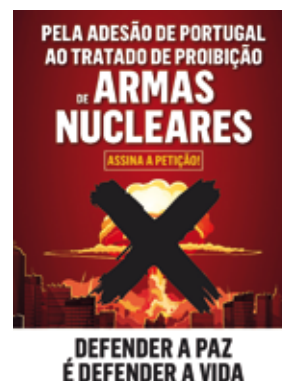
A revolução libertadora do 25 de Abril de 1974, o trabalho junto da juventude e dos estudantes para preservar a memória, a pandemia e a resposta do SNS e de outros serviços públicos não foram esquecidos, assim como as medidas assumidas pelo governo português para proteger refugiados e emigrantes.

URAP
Propriedade e edição da
**UNIÃO DE RESISTENTES
ANTIFASCISTAS
PORTUGUESES**
Membro da Federação
Internacional de Resistentes

DIRECTORA **ANA PATO**
PAGINAÇÃO E GRAFISMO **SÓNIA SEMIÃO**
REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
AV. JOÃO PAULO II, LOTE 540-2D, LJ 2
1950-157 LISBOA • TELEFONE 213 576 083
DEPOSITO LEGAL: 357338/18

URAP PELO FIM DAS ARMAS NUCLEARES

A URAP apoia a petição pública do Conselho Português para a Paz e Cooperação que reclama a adesão de Portugal ao Tratado de Proibição das Armas Nucleares, estabelecido no âmbito das Nações Unidas em 2017. A petição surge quando se assinalam 70 anos do lançamento do Apelo de Estocolmo, com o mesmo objectivo central. No texto, saúda-se os Estados que já o ratificaram e denuncia-se pressões e chantagens para impedir outros de o fazer.



COMEMORAÇÕES DIFERENTES, MAS VIBRANTES ABRIL E MAIO VIVOS!



Esta foi a primeira vez que o 25 de Abril não foi celebrado nas ruas, mas o dia da Revolução esteve presente, de forma criativa, em todos os que amam a democracia e a liberdade.

Enfrentando o vírus, a URAP, em consonância com a Comissão Promotora das Comemorações Populares do 25 de Abril, de que fez parte, apelou para que todos cantassem à janela, às 15 horas do dia 25, Grândola, Vila Morena, uma das senhas da revolução libertadora.

Nas sedes da URAP em Lisboa e Setúbal cantou-se Grândola, Vila Morena e o hino nacional, juntando-se assim aos milhares de pessoas que o fizeram a partir das suas janelas e de outras associações, colectividades e sindicatos.

No Porto, foram colocados cravos e uma faixa no local onde, todos os anos, se



CONSTITUIÇÃO QUE CONSAGRA ABRIL

Em 2 de Abril, por ocasião do 44.º aniversário da Constituição da República Portuguesa, a URAP divulgou uma saudação a sublinhar que a lei fundamental «consagra tudo aquilo que a Revolução de Abril representou em termos de liberdade e de democracia, e destaca os direitos fundamentais dos cidadãos».

assinala o dia da Revolução. Ao mesmo tempo, à meia-noite do dia 24 e às 15 horas de 25, os sócios e amigos da URAP no Porto cantaram a Grândola usando um link (hiperligação) criado para o efeito.

Numa saudação aos portugueses e aos militares de Abril, a URAP destacou que «enquanto as tropas comandadas pelo Capitão Salgueiro Maia cercavam o Quartel do Carmo, onde esteve Marcello Caetano até à sua rendição, milhares de portugueses juntaram-se no local empunhando cravos vermelhos numa manifestação de alegria».

Ao fim de 48 anos, terminava a ditadura mais longa da Europa Ocidental do século XX. Mas para isso acontecer foi preciso a «luta contínua e abnegada de milhares de mulheres e homens, democratas e antifascistas, que nos campos, nas fábricas e nas cidades, dia após dia, lutaram pelo fim da ditadura e pela implantação de um Portugal democrático».

Maio decisivo

O Dia do Trabalhador foi igualmente comemorado pelos sindicatos de forma especial, precavendo a saúde pública. Numa sua saudação a todos os trabalhadores, a URAP «lembrou a manifestação inolvidável de 1974, uma semana após a revolução, que instituiu o Dia do Trabalhador como feriado, 88 anos depois (1886) de, em Chicago, EUA, mais de 500 mil trabalhadores terem saído à rua exigindo a redução da jornada de trabalho para oito horas».

A URAP lembra que «respeitar e celebrar a Constituição de Abril em mais este aniversário significa, acima de tudo, a afirmação dos nossos direitos e liberdades, para a construção de uma sociedade mais justa e mais fraterna onde todos possamos viver».

Depois de referir o longo percurso que foi necessário para que em Portugal se alcançassem as oito horas, a saudação louva «os milhares de portugueses que trabalham nos hospitais, nos serviços públicos e privados, em teletrabalho em casa, e também todos aqueles que, confinados no domicílio, se encontram afastados das suas famílias e dos seus amigos», acrescentando que a URAP «não pode ficar indiferente aos despedimentos e ao chamado lay-off, que tem colocado milhares de trabalhadores à beira da miséria, e está solidária com a luta do movimento sindical e com a denúncia destas situações que não cabem no Portugal de Abril».

Sessão «em escola»

Apesar das dificuldades, e usando a videoconferência, o membro do Conselho Directivo da URAP e ex-presos político José Pedro Soares falou a cerca de 80 alunos e professores da Escola João de Barros, em Corroios, concelho do Seixal. Na sessão, que ocorreu dia 17 de Abril, o orador referiu o envolvimento dos jovens estudantes e trabalhadores na luta pela liberdade, pelos seus direitos específicos, pelo fim das guerras coloniais e pelo derrubamento do fascismo, e ainda com mais entusiasmo e determinação na imensa mobilização popular pelo triunfo Revolução dos Cravos.

HOMENAGEM AOS PRESOS POLÍTICOS EM CAXIAS

Já após o fecho da edição deste boletim, foi inaugurado em Caxias o monumento evocativo da libertação dos presos políticos daquela cadeia do fascismo, a 27 de Abril de 1974. A inauguração, prevista inicialmente para 26 de Abril, teve lugar no passado dia 10 de Junho. A URAP esteve envolvida em todo este processo.

Mesa redonda com Madalena Santos e Ana Pires são duas mulheres que defendem uma sociedade livre e democrática em Portugal e no mundo. A primeira é jurista e docente universitária, presidente da Associação Portuguesa de Juristas Democratas (APJD) e sócia da URAP e membro do Bureau da International Association of Democratic Lawyers (IADL). A segunda é fiscal de estacionamento e dirigente sindical, membro da Comissão Executiva da CGTP-IN. Aceitaram participar nesta Mesa Redonda, a convite da URAP, sobre *Os Direitos Humanos, a Liberdade e a COVID-19*, no momento em que o mundo atravessa um período complexo.

Madalena Santos e Ana Pires são duas mulheres que defendem uma sociedade livre e democrática em Portugal e no mundo. A primeira é jurista e docente universitária, presidente da Associação Portuguesa de Juristas Democratas (APJD) e sócia da URAP e membro do Bureau da International Association of Democratic Lawyers (IADL). A segunda é fiscal de estacionamento e dirigente sindical, membro da Comissão Executiva da CGTP-IN. Aceitaram participar nesta Mesa Redonda, a convite da URAP, sobre *Os Direitos Humanos, a Liberdade e a COVID-19*, no momento em que o mundo atravessa um período complexo.



URAP: As medidas tomadas pelos governos, nomeadamente a instauração dos estados de emergência e calamidade, para fazer face à disseminação da doença não representa um atentado aos direitos, liberdades e garantias e a negação da Constituição da República?

MS: De facto, e tendo o País já saído do estado de emergência e de calamidade, é possível hoje avaliar com mais rigor e perceber a posição e os argumentos dos partidos que na altura se abstiveram ou votaram contra tal declaração. Parece-me efectivamente que não havia necessidade de declarar tais estados, face ao nosso ordenamento jurídico.

De acordo com o decreto do Presidente da República foram limitados o direito de deslocação e fixação em qualquer parte do território nacional, o direito de propriedade e iniciativa económica privada, vários direitos dos trabalhadores, o direito de circulação internacional,

o direito de reunião e manifestação, a liberdade de culto na sua dimensão colectiva e o direito de resistência. Algumas destas limitações parecem-me absurdas, nomeadamente no que toca ao direito de resistência, cuja essência é intocável de acordo com os pressupostos estabelecidos constitucionalmente e que não pode, ser suprimido ou limitado por decreto.

E veio a provar-se que afinal todas as medidas que foram tomadas podiam e deviam ter sido enquadradas à luz de diplomas já existentes como sejam a Lei de Bases da Protecção Civil e a Lei de Bases da Saúde. É que à boleia destas declarações, desnecessárias, houve aproveitamento, nomeadamente, por parte de várias entidades patronais para liquidar postos de trabalho e de suprimir, atacar e reduzir direitos dos trabalhadores e tentativas de supressão de direitos básicos da nossa democracia. Mas a resiliência do povo e, sobretudo, a sua inteligência demonstraram que todos os

direitos podem ser exercidos desde que respeitadas as regras estabelecidas pela Direcção Geral de Saúde, nomeadamente os direitos de manifestação, nas suas várias acepções possíveis. Hoje está plenamente demonstrada, em meu entender, a desnecessidade de declaração de tais estados. Há que vencer o medo e conhecer e exercer todos os direitos constitucionalmente consagrados. É uma tarefa que a todos cabe.

URAP: O governo tem afirmado que a democracia e as liberdades nunca foram suspensas. Como interpretar as críticas à comemoração ao ar livre, na Alameda D. Afonso Henriques, do 1º de Maio, por parte de vários partidos políticos e com algumas reticências do próprio Presidente da República?

AP: Assinalámos este 1.º de Maio num momento de extraordinária complexidade. No ano em que se comemoram os 130 anos do 1º de Maio

LIBERDADE E A COVID-19

e os 50 anos da CGTP-IN e em que os trabalhadores tanto precisam que a sua voz seja ouvida, foi de grande importância a realização da jornada de luta do 1.º de Maio. Garantimos todas as medidas de protecção e distanciamento em todas as iniciativas e afirmámos as reivindicações e exigências dos trabalhadores, dando expressão à sua indignação e protesto.

Relativamente às «vozes críticas», creio que existem dois tipos de pessoas que estiveram contra as iniciativas do 1º de Maio: um primeiro que estava legitimamente preocupado com as questões de segurança e saúde e às quais reafirmámos sempre o nosso sentido de responsabilidade e condição de organização, que se comprovou; no outro lado, aqueles que sempre procuraram condicionar, seja Abril, seja Maio, seja a luta dos trabalhadores. A todos a CGTP-IN reafirma que estará sempre ao lado dos trabalhadores, sejam quais forem as circunstâncias.

URAP: Espalhar o medo entre a população confinada não poderá ser ainda mais perigoso do que a própria doença? Não pode ser um poderoso instrumento de disciplina social, que torna as pessoas mais dispostas a penhorar a liberdade e a democracia em troca de uma hipotética segurança?

MS - A questão colocada é muito interessante e tem sido considerada uma «*vexata quaestio*» da doutrina jurídico constitucional e penalista ao longo de todo o percurso da Humanidade, em particular, após a Revolução Francesa: qual a justa medida do equilíbrio entre o conceito de liberdade e segurança? Quando e como devemos ou podemos alienar a liberdade em função da necessidade de segurança? Quais os limites e pressupostos para o exercício da repressão em nome da segurança de uma comunidade sem que seja tolhida a liberdade individual e colectiva?



Como já afirmei, agora que desapareceu do horizonte o nariz de Cleópatra já podemos fazer história. Embora, do ponto de vista sanitário o confinamento fosse necessário, surgem agora as sequelas que ele provocou: aí estão para o provar os dados relativos ao aumento da violência doméstica, nas suas mais variadas facetas, contra as mulheres, contra as crianças, contra os idosos, o aumento brutal da pobreza e recurso cada vez mais à solidariedade e ajuda dos bancos alimentares, aos problemas decorrentes da situação de catástrofe económica em que grande parte das famílias se viu confrontada sem poder pagar as despesas básicas de água, gás, electricidade, rendas, prestação da casa, etc. e aumento de suicídio e recurso a linhas de apoio psicológicos, enfim um rol de problemas sociais de uma dimensão gravíssima. As medidas, entretanto, propostas pelo governo têm-se demonstrado meros paliativos. De facto, o medo que se instalou nas pessoas em geral e, em particular, nas crianças e nos idosos, pela sua condição de fragilidade afetou toda a sociedade portuguesa. Ora, com este húmus de realidade que se abateu sobre as pessoas é muito fácil que os medos e a insegurança do futuro possam ser manipuláveis. A Humanidade conheceu, infelizmente, vários exemplos históricos que atestam esses processos de manipulação e submissão pelo medo, nomeadamente os regimes nazis

e fascistas. Mas estou em crer que no que respeita à nossa actual situação essa eventual intenção de manipulação e de submissão com vista a colocar em causa a liberdade e a democracia esbarram na consagração dos direitos, liberdades e garantias previstas na Constituição da República Portuguesa. Não obstante, é muito importante que todos estejamos atentos e que se contrarie por todos os meios ao nosso alcance essa possível campanha de desinformação.

URAP: Com os estados de emergência e calamidade, o encerramento de empresas e a retirada de direitos aos trabalhadores podem mergulhar o país numa crise económica e humanitária de grande dimensões?

AP: Entrámos neste cenário já muito fragilizados, pelo modelo de baixos salários e trabalho precário que os sucessivos governos têm procurado impor, pelo reiterado desinvestimento nos serviços públicos e funções sociais do Estado bem como pela destruição do nosso aparelho produtivo, que aliado à submissão ao euro, representa para países como Portugal, a privação de ter políticas que desenvolvam o país.

Às reais dificuldades que a epidemia coloca, acrescem as medidas do governo que são de grande desequilíbrio em

favor do capital e dos grandes grupos económicos e que deixam muito milhares de trabalhadores em estado de profunda necessidade, com o corte dos salários por via do lay-off ou com despedimentos em massa de trabalhadores com vínculos precários a ocupar postos de trabalho permanentes (só possíveis pela legislação laboral existente feita à medida do patronato).

A resposta passa pelo aumento geral dos salários, emprego com direitos e erradicação da precariedade e pela valorização do trabalho e dos trabalhadores; passa pelo investimento nos serviços públicos e funções sociais do estado (não só para responder ao presente mas também para garantir o futuro) e pela urgente revitalização do aparelho produtivo. Só por esta via é possível garantir a soberania do país.

URAP: Madalena Santos, no âmbito da APJD, esteve na Ucrânia onde participou numa das audiências do processo que visava a ilegalização do Partido Comunista ucraniano. O recrudescimento das forças da direita populista e fascizante na Europa e noutros países, como os Estados Unidos e o Brasil, põem em causa o desenvolvimento dos povos, a preservação do ambiente e a paz mundial? Fale-nos também dos perigos da entrada no Parlamento português, ainda que com uma expressão diminuta, de dois partidos da extrema-direita.

MS: A experiência vivida na Ucrânia foi muito importante para quem, como eu, que vivi ainda alguns anos durante o fascismo (tinha 15 anos no 25 de Abril) e conheci por relato familiar o drama que foi ter um tio avô fuzilado pelos franquistas, amigos e conhecidos presos pela PIDE, vivenciei no Alentejo a fome a miséria, os ranchos de homens a pedirem pão e trabalho às portas da Câmara e muitas outras situações conhecidas de todos quantos viveram nesse período, que pensei, ingenuamente, estarem afastadas do nosso futuro próximo com o eclodir da nossa revolução. Não nos iludamos. As várias audiências de julgamento da tentativa de ilegalização do Partido Comunista da Ucrânia a que assisti, como observadora internacional em



representação da Associação Portuguesa de Juristas Democratas (APJD) e da Associação Internacional de Juristas Democratas (AIJD) demonstraram, entre outras, que os perigos da instauração de regimes fascistas em qualquer parte do planeta não deve ser menosprezado e que a corrente de desmascaramento, de denúncia, de esclarecimento e informação sobre esses perigos em conjugação com o alargamento de movimentos de solidariedade e luta com os povos que estão sob esse jugo ou à beira dele, são os factores mais importantes e que nos devem mobilizar em cada momento. E foi curioso constatar que sempre que estivemos representados nessas audiências de julgamento, os juízes ou adiam as audiências, como sucedeu mais do que uma vez, ou demonstravam mais respeito pelos advogados e testemunhas de defesa que compareciam perante o tribunal. A questão do avançar das forças fascizantes na Europa, nos EUA, no Brasil é muito preocupante e estamos a assistir em Portugal, de forma paulatina, a um processo para o qual devemos estar muito atentos. A letra da canção do Sérgio Godinho não é retórica: *“O fascismo é um bichinho que se instala na maçã: ou vem com botas cardadas ou com pezinhos de lã”*. É bom que cada um de nós se pergunte o que pode individual e colectivamente, sobretudo colectivamente porque tem mais eficácia, fazer para que essas correntes sejam desmascaradas e se denunciem os verdadeiros propósitos e interesses que mais não são do que os interesses directos dos poderosos e espoliadores dos recursos dos povos e do planeta. Julgo que um dos aspectos

fundamentais tem a ver com a educação e formação das novas gerações. Os programas escolares em todos os graus de ensino são importantíssimos na explicação da história recente quer de Portugal, quer no mundo, numa perspectiva progressista e democrática.

URAP: Ana Pires, como dirigente sindical tem representado a CGTP em diversas iniciativas, nomeadamente no Congresso da UGT Sario, a central sindical dos trabalhadores saarauis. Qual é o peso deste conflito de quase meio século na paz mundial?

AP: O Saara mantém-se sob ocupação de Marrocos que, com a conivência da União Europeia, atenta contra o direito internacional e impede a sua autodeterminação. Apesar da sua luta heróica, o povo saarauí tem sido impedido de ver reconhecido o seu direito à autodeterminação, com uma parte significativa da população a viver em acampamentos de refugiados ou nos territórios ocupados, onde o acesso à saúde é limitado, onde têm menos salários e direitos dos que os marroquinos e onde são privados dos mais básicos direitos. Os territórios ocupados são ainda objecto do esbulho das suas riquezas com o acordo comercial entre a UE e Marrocos, que apesar de ser considerado ilegal, continua a ser implementado e reforçado.

O Saara é um exemplo da intervenção do imperialismo e seus aliados, num conflito que responde a interesses económicos e à tentativa de subjugação dos povos.

PÁGINAS DE QUASE-DIÁRIO DE UM RESISTENTE

em fim-de-semana de lembrar resistênciasas vésperas
de resistência nova, outra, resistir, sempre!



29.02.2020 – Vou a Toulouse em tarefa para que fui convocado (assim tomei o convite da URAP) para, com José Viola, Carlos Coutinho (e Celeste), sermos presença viva e testemunhal em representação da peça de João Menino Vargas que conta a libertação dos presos políticos de Caxias a 27 de Abril de 1974, numa encenação de associação de estudantes de Português na universidade daquela cidade francesa, para que foram também convidados familiares do autor. Antecedi a ida para o aeroporto de presença (emocionada) no cemitério do Alto S. João, em homenagem aos tarrafalistas.

Chegámos a Toulouse ao fim da tarde, e encontrámo-nos jantar com filha e mais familiares (netos, cunhada e companheiros) do autor da peça.

01.03.2020 – Dia de espera, em convívios entre nós e entre as duas «delegações», dia de conhecer à cidade, de alguma surpresa pela visível presença de muitos “sem abrigo”, e de algo perturbador no ar que se respirava.

02.03.2020 – Deslocação à cidade universitária, brevíssimo encontro com

responsáveis pelo evento, assistiu-se ao final do ensaio geral, a anteceder a presença no espectáculo.

Boa montagem da peça do então capitão de Abril (hoje coronel aposentado), por grupo pluri-nacional com influência evidente de membros de ascendência portuguesa na produção, na encenação e representação de episódio muito significativo do 25 de Abril libertador, em que se confrontou a tentativa de o limitar a mera maquilhagem no lado dos defensores da continuidade sem mudanças reais (nem na PIDE!) e o lado dos que lutavam por reais mudanças, com base nos três DDD do MFA (descolonizar, democratizar, desenvolver).

Teatralmente, assistiu-se a realização muito interessante cenicamente e relevando a mensagem do 25 de Abril..

Seguiu-se breve mas intenso, e por vezes emocionante, conversa-debate participado por todos os presentes a partir de intervenções da filha do autor, Ana Vargas, e dos componentes da «delegação» URAP (com Celeste a fotografar).

Se algumas-muitas vezes participei em debates com esta finalidade de contar-esclarecer episódios da resistência, em poucas terei sentido tanta vontade na procura

de saber, de conhecer, tanta manifestada insatisfação (pelos jovens intérpretes que tinham acabado de representar no palco o vivido ao vivo por alguns presentes) por não se poder prolongar a conversa-debate.

Ficou muito por dizer, por conversar, por debater, mas ficaram sementes, grãos atirados ao solo fértil da representação teatral... aliás, traduzidos no afirmado desejo de repetirem, agora mais e melhor escorada, e na vontade de representar a peça.

TODOS OU NENHUNS

sem esconderem o gosto que teriam em o fazer em Portugal!

Regressados, apressados para não perder avião, não adivinhávamos que talvez fosse, por tempo imprevisível, um dos últimos voos antes de uma situação que apela a nova e reforçada resistência.

Sérgio Ribeiro

Ex-presno político em Caxias

URAP E CPPC EVOCAM 75 ANOS DA VITÓRIA PELA LIBERDADE, A PAZ E A VERDADE NÃO AO FASCISMO E À GUERRA

A URAP e o Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC) elaboraram o texto intitulado 75º aniversário da Vitória sobre o nazi-fascismo: *Pela liberdade, a paz e a verdade - Não ao fascismo e à guerra*, que foi rubricado por um grande número de associações, movimentos e sindicatos.

Nesse documento recorda-se que a II Guerra Mundial durou mais de cinco anos e meio e que nela morreram cerca de 75

milhões de seres humanos - nos campos de batalha, sob os bombardeamentos, nas prisões e campos de concentração, em brutais massacres. Mais de 20 milhões eram cidadãos da União Soviética.

A URAP recorda a então falsa neutralidade do governo de Salazar e apela aos governantes e aos povos do mundo para que nunca mais se repita o fascismo e a guerra.



COMBATE AO RACISMO, UMA LUTA DOS NOSSOS DIAS

A URAP manifestou a solidariedade ao povo dos EUA «pelas manifestações e protestos» realizados em todo o país na sequência do assassinato do cidadão norte-americano George Floyd pela polícia na cidade de Minneapolis, um crime de motivação racista.

Como «organização antifascista, anti-racista e de defesa da democracia e dos direitos humanos», a URAP responsabiliza a «política racista e de repressão da administração Trump» pelo crime e

pela violência policial perpetrada contra os manifestantes. Rejeita e combate, ainda, a «tentativa de criminalização do movimento antifascista vergonhosamente associado a terrorismo pelo presidente norte-americano».

Na nota emitida a este respeito a 5 de Junho, a URAP reafirma que o «combate ao racismo e a discriminação é imperioso tanto nos Estados Unidos como em Portugal, e em todos os países do mundo». Em coerência, associou-se às acções públicas

promovidas pelo CPPC no dia 9 de Junho, em Lisboa e no Porto, sob o lema «Pela justiça e igualdade social. Solidariedade com o povo dos EUA».



1.º DE MAIO DE 1936 EM PENICHE SERÁ EVOCADO EM 2021

A 1 de Maio de 2021, a URAP pretende evocar os 85 anos da jornada de 1936, quando antifascistas colocaram seis bandeiras vermelhas nos edifícios dos Correios e Telégrafos, Capitania do

Porto, Portas da Alfândega, Central Eléctrica, Escola Industrial e obras do Porto de Abrigo de Peniche.

Na noite de 30 de Abril para 1 de Maio desse ano, os antifascistas, após

terem colocado as bandeiras, colaram debaixo das portas diversa imprensa clandestina e fizeram pinturas nas paredes. Seguiram-se intensas buscas pela PIDE, muita repressão e prisões.

ENCONTRO PELA PAZ COM NOVA DATA

O Encontro pela Paz, que esteve para se realizar a 30 de Maio deste ano em Setúbal, decorrerá a 5 de Junho do próximo ano no Fórum Municipal Luísa Todi, naquela cidade. O anúncio foi feito a 29 de Maio em conferência de imprensa promovida pela Câmara Municipal de Setúbal e o CPPC.

Francisco Canelas, do Conselho Directivo, representou a URAP, uma das organizações que promove o evento, juntamente com o CPPC, os municípios de Setúbal e de Loures, CGTP-IN, Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, Fenprof, Juventude Operária Católica, Movimento Democrático de Mulheres, Movimento Municípios pela Paz, MPPM e Obra Católica Portuguesa de Migrações.



WWW.URAP.PT

www.facebook.com/uniaoderesistentesantifascistasportugueses